



214

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

Terceira Câmara de Direito Público

Apelação Cível nº 331095-8 - Goiana (2ª Vara Cível)

Apelante: Estado de Pernambuco e OUTRO

Procurador: Francisco Mário Medeiros Cunha Melo

Apelado: José Martins dos Santos

Advogado: Homero da Silva Sátiro PB 007418

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA NÃO CONHECIDA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO VIATURA DA POLÍCIA MILITAR. ATO ILÍCITO PRATICADO PELA ADMINISTRAÇÃO. REPARAÇÃO DOS DANOS MATERIAIS QUE SE IMPÕE. APELO PROVIDO DA EMPRESA LOCATEL. APELO DO ESTADO DE PERNAMBUCO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Preliminar de ilegitimidade passiva não conhecida.

2. A questão sob análise está na responsabilidade civil por ato praticado pela viatura da Polícia Militar, na BR 101, sentido Goiana-Recife, nas proximidades da entrada do Engenho Umbu. Constata-se que o acidente de trânsito foi entre um veículo particular e uma viatura da Polícia Militar, que, apesar de está sendo utilizada pelos policiais, é de propriedade da Locatel - Locação de Veículos e Serviços Ltda.

3. Saber quem é o responsável pelo ressarcimento nesse caso é fundamental para o deslinde da controvérsia. Penso que a responsabilidade deve recair sobre o Estado de Pernambuco, porque fez um contrato de locação de veículos com uma empresa, e que esta disponibilizou carros para a Polícia Militar que os utilizava nas suas atividades.

4. Quando do acidente, o veículo era conduzido por Policial Militar em razão do serviço e tal acidente decorreu, porque estavam a procura de um automóvel roubado. Neste caso, o fato da propriedade do veículo causador do acidente pertencer a terceira pessoa, não é suficiente para eximir o Estado da sua responsabilidade. Eventual condenação pode ser ressarcida através de ação própria e que não cabe, dado ao limite da lide, discuti-lá aqui.

5. A ação decorreu de típica atividade estatal, fato este que atrai a incidência do artigo 37 §6º da Constituição Federal. Restando comprovado que o dano decorreu de uma ação de um agente estatal no exercício da função, analisar-se-á a presença dos requisitos para a responsabilidade civil.

6. É cediço que, no que se refere à responsabilidade civil, o Ordenamento Jurídico determina que se prove o dano sofrido, o nexo de causalidade entre a ação e o dano que dele decorreu. Presentes esses três requisitos, surge a responsabilidade de reparar o dano sofrido, seja ele de ordem moral ou material.

7. In casu, os requisitos a ensejar a responsabilidade civil do ente político estão presentes, posto que houve a colisão em virtude do retorno da viatura (ação), com danos materiais para o carro colidido (dano), e que isso aconteceu porque os policiais militares estavam tentando localizar um carro roubado (nexo de causalidade). Sendo assim, surge para o Estado de Pernambuco o dever de indenizar.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

8. O juiz a quo, como dito alhures, determinou o ressarcimento de todas as despesas demonstradas previamente nos autos, a saber, os gastos com o guincho e com despesas para transporte de mercadorias, além do pagamento do valor do carro danificado, tomando como referência a Tabela FIPE.

9. Com base nos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, levando em conta o estado em que ficou o carro (fls.), do ano de sua fabricação (1995) e do elevado custo para recuperá-lo, condenar o ente político a ressarcir o valor do bem, tomando como base a tabela FIPE, parece-me um valor justo e equânime, além de um critério objetivo para materializar a indenização.

10. Com relação as despesas com transporte de mercadorias, o autor acostou aos autos três recibos no valor de R\$200,00 (duzentos reais) cada, totalizando, R\$600,00 (seiscentos reais), valor este que foi acolhido pelo magistrado.

11. O Estado de Pernambuco opôs Embargos de Declaração alegando omissão quanto à possibilidade do demandante acostar aos autos novos documentos que comprovem despesas com esse tipo de serviço. Tal embargo não foi provido, além de condenar o embargante ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da causa, pelo caráter procrastinatório do mesmo.

12. O Estado, em sede de apelação, defende que não agiu de má-fé e que, por isso, a multa aplicada deveria ser reconsiderada. Penso também que não existia vício a ensejar a oposição de recurso complementar, porque o dispositivo da sentença fala no pagamento de despesas que foram previamente acostadas e demonstradas quando do ajuizamento da ação. Não havia brechas para se questionar o pagamento de despesas outras que não constavam dos autos.

13. Nesta seara, o recurso teve, sim, caráter procrastinatório, e que enseja o pagamento de multa, nos termos do que disciplina a nossa sistemática processual vigente.

14. Apelação da empresa LOCAVEL provida para exclui-la da lide, nos termos do art. 267, IV do CPC. Apelo do Estado de Pernambuco não provido, mantendo contra este apelante, a sentença recorrida em todos os seus termos. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 331095-8, da Comarca de Goiana, em que figuram, como Apelante, Estado de Pernambuco e OUTRO, e, como Apelado, José Martins dos Santos, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unanimemente, em DAR PROVIMENTO à Apelação Cível Interposta por LOCAVEL E NEGAR PROVIMENTO a apelação interposta pelo Estado de Pernambuco, tudo de conformidade com relatório e votos em anexo, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de Maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



209
L

Terceira Câmara de Direito Público
Apelação Cível nº 331095-8 - Goiana (2ª Vara Cível)
Apelante: Estado de Pernambuco e OUTRO
Procurador: Francisco Mário Medeiros Cunha Melo
Apelado: José Martins dos Santos
Advogado: Homero da Silva Sátiro PB 007418
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

RELATÓRIO

Cuida-se de Apelação Cível interposta pelo **Estado de Pernambuco e OUTRO** em face da sentença prolatada pelo **Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Goiana, magistrado Marcos Garcez de Menezes Júnior**, nos autos da ação de Reparação de danos materiais e morais causados em acidente de veículo nº 0001268-21.2011.8.17.0660, promovida por **José Martins dos**, em desfavor do Estado de Pernambuco e Locavel -Locação de Veículos e Serviços Ltda.

O objetivo da presente demanda é a reparação por danos materiais e morais em face de acidente automobilístico envolvendo uma viatura da polícia militar e um veículo VW/GOL, placa MMU-4843 na BR-101, sentido Goiana-Recife, nas proximidades da entrada do engenho Umbu.

Segundo narra o autor, ele dirigia no sentido Goiana-Recife, quando visualizou a viatura da Polícia Militar, Palio Week, placa PEQ-1638 parada no acostamento, com a luz da marcha ré acionada. Continuou a sua viagem, entretanto, tal veículo fez um retorno brusco, batendo em sua lateral, o que ocasionou capotamento do seu automóvel.

Por ser comerciante, precisa do veículo para transportar as suas mercadorias. Em virtude do acidente, além de custear as despesas com o guincho, teve que pagar transporte para poder continuar exercendo as suas atividades. Além disso, o custo do conserto do carro ficou avaliado em aproximadamente R\$10.000,00 (dez mil reais), enquanto que seu carro, de acordo com a tabela FIPE, custa, em média, R\$8.957,00 (oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais). Todos esses fatos, além do prejuízo material, ocasionou-lhe danos morais, que merecem ser reparados através de provocação a este Poder.

Devidamente instruído o processo, o juiz a quo julgou o pedido parcialmente procedente, condenando ao pagamento de R\$600,00 (seiscentos reais) para reparação dos custos com transporte; R\$300,00 (trezentos reais) por despesas com o guincho do veículo, além de R\$8.957,00 (oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais), valor este decorrente da perda total do automóvel, corrigidos monetariamente pela tabela ENCOGE, acrescidos de juros de mora no percentual de 1% ao mês, desde a data do evento. Julgou improcedente o



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

pedido quanto ao dano moral sofrido, rateando, em virtude da sucumbência recíproca, as custas e honorários advocatícios.

O Estado de Pernambuco opôs Embargos de Declaração Às fls. 169/170, os quais foram rejeitados (fls. 171) e aplicada multa em virtude de seu caráter procrastinatório.

Irresignado, o Estado de Pernambuco interpôs Recurso de Apelação às fls. 175/191, defendendo que não houve má-fé do ente político; apenas gostaria que fosse esclarecida se o demandante poderia acostar outros documentos que demonstrassem as suas despesas com transporte de mercadorias. Sendo assim, requer a exclusão do pagamento da multa. No mais, sustenta a ilegitimidade passiva do Estado de Pernambuco.

No mérito, defende que a parte autora deve demonstrar a ação, o dano e o nexo de causalidade, a fim de ensejar a responsabilidade civil do Estado e que, no presente caso, não há provas de que o acidente foi provocado por veículo oficial.

A Locavel também interpõe Recurso de Apelação às fls. 192/196, defendendo que a responsabilidade pela reparação é do Estado de Pernambuco, vez que quem estava dirigindo a viatura policial era um servidor público, motivo pelo qual requer a sua exclusão da lide, em virtude da ilegitimidade passiva ad causam.

Recurso recebido em seu duplo efeito (fls. 199).

Certidão nos autos afirmando que decorreu o prazo sem que houvesse manifestação da parte autora nos autos (fls. 201).

Por se tratar de lide de reparação por danos sofridos, não vislumbro a existência de interesse público-primário, a ensejar a atuação do Ministério Público, motivo pelo qual deixo de remeter o processo à Procuradoria Geral de Justiça.

É o relatório. À douta Revisão.

Recife, ⁰⁷ de maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



215

Terceira Câmara de Direito Público
Apelação Cível nº 331095-8 - Goiana (2ª Vara Cível)
Apelante: Estado de Pernambuco e OUTRO
Procurador: Francisco Mário Medeiros Cunha Melo
Apelado: José Martins dos Santos
Advogado: Homero da Silva Sátiro PB 007418
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

VOTO PRELIMINAR: DA ILEGITIMIDADE PASSIVA

Como preliminar, sustenta o Estado de Pernambuco a sua ilegitimidade passiva, porque o carro colidido pertence a empresa LOCAVEL - Locação de Veículos e Serviços Ltda.

Tal empresa também interpõe Apelação Cível para se ver excluída do polo passivo da demanda, sendo esta a sua causa de pedir recursal.

Penso que tal preliminar não merece ser conhecida, porque se confunde com o próprio mérito da demanda, que será melhor avaliado em momento oportuno.

É como voto.

Recife, 29 de Maio de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



218

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

Terceira Câmara de Direito Público
Apelação Cível nº 331095-8 - Goiana (2ª Vara Cível)
Apelante: Estado de Pernambuco e OUTRO
Procurador: Francisco Mário Medeiros Cunha Melo
Apelado: José Martins dos Santos
Advogado: Homero da Silva Sátiro PB 007418
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

VOTO

A questão sob análise está na responsabilidade civil por ato praticado pela viatura da Polícia Militar, na BR 101, sentido Goiana-Recife, nas proximidades da entrada do Engenho Umbu.

Segunda consta do termo de declaração às fls. 25/26 de Cícero Alexandro Diniz Rodrigues, policial militar, a viatura estava indo abastecer na cidade de Goiana, quando tomaram conhecimento através de rádio de que um veículo Siena preto, placa MOJ-7474 havia sido roubado e que eles haviam avistado referido veículo momentos antes da informação. Seguiram, então, na busca, para recuperá-lo.

Nas proximidades do Engenho Umbu, avistaram dois automóveis: um Siena e um Gol parados. Como passaram da entrada e por estarem distantes, resolveram fazer o retorno na pista.

Ao fazerem a manobra, a viatura colidiu com um veículo Volkswagen Gol 1000, ano/modelo 1995, placa MMU-4843, que acabou capotando.

Tal descrição também é compatível com a constante no Boletim de Ocorrência às fls. , que afirma que foi a viatura militar que deu causa ao acidente.

O proprietário do veículo ingressou com a presente demanda, objetivando reparação pelos danos materiais e morais sofridos. Acostou aos autos, comprovante de pagamento de guincho para retirada do veículo da pista no valor de R\$300,00(trezentos reais); despesas com transporte de mercadorias, já que é comerciante e utilizava o carro para transporte de mercância no valor de R\$600,00(seiscentos reais), além de relatar que o conserto do seu carro (estimado em R\$10.000,00) ultrapassava o valor constante de avaliação da tabela FIPE (R\$8.957,00).

O juiz a quo acolheu parcialmente o pedido, condenando os réus, solidariamente, apenas para ressarcir as despesas devidamente demonstradas, bem como condenou ao pagamento do valor de R\$8.957,00 (oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais) pela perda total do veículo.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

Tanto o Estado de Pernambuco quanto a empresa Locavel - Locação de Veículos e Serviços Ltda se insurgem contra a sentença, alegando, ambos, a sua ilegitimidade passiva ad causam.

Pois bem.

Constata-se que o acidente de trânsito foi entre um veículo particular e uma viatura da Polícia Militar, que, apesar de está sendo utilizada pelos policiais, é de propriedade da Locavel - Locação de Veículos e Serviços Ltda.

Saber quem é o responsável pelo ressarcimento nesse caso é fundamental para o deslinde da controvérsia.

Penso que a responsabilidade deve recair sobre o Estado de Pernambuco, porque fez um contrato de locação de veículos com uma empresa, e que esta disponibilizou carros para a Polícia Militar que os utilizava nas suas atividades.

Quando do acidente, o veículo era conduzido por Policial Militar em razão do serviço e tal acidente decorreu, porque estavam a procura de um automóvel roubado.

Neste caso, o fato da propriedade do veículo causador do acidente pertencer a terceira pessoa, não é suficiente para eximir o Estado da sua responsabilidade. Eventual condenação pode ser ressarcida através de ação própria e que não cabe, dado ao limite da lide, discuti-lá aqui.

A ação decorreu de típica atividade estatal, fato este que atrai a incidência do artigo 37 §6º da Constituição Federal.

Sendo assim, a apelação da Locavel merece ser provida para exclui-lá da lide, tendo em vista que, em sendo o caso, tal responsabilização deverá recair sobre o Estado de Pernambuco, também apelante.

Restando comprovado que o dano decorreu de uma ação de um agente estatal no exercício da função, analisar-se-á a presença dos requisitos para a responsabilidade civil.

É cediço que, no que se refere à responsabilidade civil, o Ordenamento Jurídico determina que se prove o dano sofrido, o nexo de causalidade entre a ação e o dano que dele decorreu. Presentes esses três requisitos, surge a responsabilidade de reparar o dano sofrido, seja ele de ordem moral ou material. Nesse sentido, dispõe o artigo 37, §6º da Constituição Federal:

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros,



217

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Esse tipo de responsabilidade é baseada na teoria administrativista do Risco Administrativo, de natureza objetiva, ou seja, que não depende da demonstração de culpa ou dolo por parte do agente causador do sinistro.

In casu, os requisitos a ensejar a responsabilidade civil do ente político estão presentes, posto que houve a colisão em virtude do retorno da viatura (ação), com danos materiais para o carro colidido (dano), e que isso aconteceu porque os policiais militares estavam tentando localizar um carro roubado (nexo de causalidade). Sendo assim, surge para o Estado de Pernambuco o dever de indenizar.

O juiz a quo, como dito alhures, determinou o ressarcimento de todas as despesas demonstradas previamente nos autos, a saber, os gastos com o guincho e com despesas para transporte de mercadorias, além do pagamento do valor do carro danificado, tomando como referência a Tabela FIPE.

Com base nos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, levando em conta o estado em que ficou o carro (fls.), do ano de sua fabricação (1995) e do elevado custo para recuperá-lo, condenar o ente político a ressarcir o valor do bem, tomando como base a tabela FIPE, parece-me um valor justo e equânime, além de um critério objetivo para materializar a indenização.

Com relação as despesas com transporte de mercadorias, o autor acostou aos autos três recibos no valor de R\$200,00 (duzentos reais) cada, totalizando, R\$600,00 (seiscentos reais), valor este que foi acolhido pelo magistrado.

O Estado de Pernambuco opôs Embargos de Declaração alegando omissão quanto à possibilidade do demandante acostar aos autos novos documentos que comprovem despesas com esse tipo de serviço. Tal embargo não foi provido, além de condenar o embargante ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da causa, pelo caráter procrastinatório do mesmo.

O Estado, em sede de apelação, defende que não agiu de má-fé e que, por isso, a multa aplicada deveria ser reconsiderada.

Penso também que não existia vício a ensejar a oposição de recurso complementar, porque o dispositivo da sentença fala no pagamento de despesas que foram previamente acostadas e demonstradas quando do ajuizamento da ação. Não havia brechas para se questionar o pagamento de despesas outras que não constavam dos autos.

Em matéria processualista é ônus do autor demonstrar os fatos constitutivos do seu direito quando do ajuizamento da ação, incumbência



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

devidamente satisfeita pelo demandante. Tanto isso é verdade, que esse pedido foi acolhido pelo magistrado de primeiro grau, in totum. Ainda que houvesse efetuado novos gastos com transporte no decurso da relação jurídica – fato este plenamente possível, tendo em vista a profissão do demandante (comerciante) e a sua necessidade de ter um transporte para melhor exercê-la – isso não mais poderia ser cobrada nesta demanda, porque acarretaria inovação na causa de pedir, quando já instaurado a triangularização processual (art. 264 do CPC).

Nesta seara, o recurso teve, sim, caráter procrastinatório, e que enseja o pagamento de multa, nos termos do que disciplina a nossa sistemática processual vigente.

Ante o exposto, sou pelo **PROVIMENTO** do apelo da LOCATEL, para reconhecer a sua ilegitimidade passiva, com exclusão da lide e, conseqüente, julgamento sem resolução de mérito (art. 267, IV do CPC) e pelo **NÃO PROVIMENTO** do apelo do Estado de Pernambuco, condenando-o ao ressarcimento dos danos materiais sofridos por José Martins dos Santos, mantendo a sentença de primeiro grau contra este réu, em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 29 de Março de 2011.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator

0001268-21.2011.8.17.0660(331095-8) Ap



+	-----	+
	TJPE	
	FLS.	
	211	
+	-----	+

5

CONCLUSÃO

*Nesta data, faço estes autos conclusos
ao Desembargador Antenor Cardoso
Soares Junior, para revisão.*

Recife, 8 de maio de 2014.


Diretoria Cível

Revistos, pelo pauta
Recife, 25/11/14
Des Antenor Soares
Revisor
